

A queda do Muro de Berlim. Reflexões vinte anos depois

A queda do Muro de Berlim ocorreu há vinte anos, cercada de simbolismos; mas, a não ser por vozes isoladas, não se questiona o que veio depois dela.

O primeiro desses simbolismos está associado à ideia de liberdade. Caído o muro, não só se reuniram as famílias alemãs, por ele arbitrariamente separadas, mas se teriam eliminado ao mesmo tempo todos os obstáculos à livre circulação das pessoas, dando aos homens a possibilidade de ir e vir quando lhes aprouvesse. O muro, entretanto, representando a falta de liberdade própria dos regimes do socialismo real, deixou de ser associado



LENINA POMERANZ

é professora associada, livre-docente da FEA-USP, pesquisadora visitante do IEA-USP e membro do Conselho Acadêmico do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP.

a esses regimes para tornar-se, atualmente, objeto concreto e virtual da discriminação resultante das desigualdades sociais, da separação dos pobres e deserdados do mundo capitalista. Temos muros de concreto separando os palestinos que buscam trabalho em Israel, mexicanos que buscam trabalho nos EUA e brasileiros favelados no Rio de Janeiro que expandem seus barracos. Os argumentos são variados – terrorismo, narcotráfico, meio ambiente –, mas, conquanto possam expressar problemas efetivamente existentes, objetivamente os muros barram pessoas que buscam uma vida melhor na parte desenvolvida do planeta. Não menos obstáculo à liberdade de ir e vir são a política anti-imigratória da União Europeia, que deporta africanos que arriscam suas vidas para ali aportar, e as veladas restrições ao movimento dos emigrantes dos países do Leste Europeu, recém-ingressados na comunidade europeia. São os muros virtuais.

O segundo simbolismo está associado ao fim do socialismo real, ao que seria uma vitória do capitalismo sobre o socialismo, no que se convencionou chamar, durante o período Khrushchev na URSS, de concorrência pacífica entre os dois sistemas. Convenção, naturalmente, porque essa concorrência não foi nada pacífica, desde o surgimento do Estado socialista. De todo modo, a queda do muro representou de fato, e não só simbolicamente, o marco inicial da derrocada do sistema do socialismo real, podendo ser incluída



na avalanche que se abateu no Leste Europeu no final da década de 80, e à qual se sucedeu o desmoronamento da URSS, em dezembro de 1991.

São ainda bastante controversas as discussões sobre o porquê de a experiência de construção de um sistema alternativo ao capitalismo ter terminado, depois de décadas de funcionamento. E não propriamente nos países europeus do Leste, onde sua implantação se deu, de forma impositiva, como resultado da Segunda Guerra Mundial, mas na URSS, onde sua implantação se deu como resultado da Revolução de Outubro e cujo modelo foi reproduzido nos referidos países. Há que se fazer, nesse sentido, considerações e reflexões sobre o tema, sem que elas sejam reduzidas de maneira simplista aos embates da Guerra Fria. O colapso do socialismo real precisa ser entendido em sua complexidade, envolvendo fatores relacionados com sua configuração e seu modo de funcionamento, mas também com fatores externos, relacionados com a oposição à sua existência e à sua influência sobre o resto da humanidade.

Foge aos objetivos e limites deste artigo a discussão mais ampla desses fatores. Cabe, porém, indicá-los de alguma forma, e tentar ver como se entrelaçam, na delimitação do impacto histórico que exerceu a URSS em todo o – embora breve – século XX, segundo Hobsbawm (1995).

As reflexões podem começar com a conformação que assumiu o sistema socialista, após a Revolução de Outubro, e as condições que levaram a ela. Em outros termos, cabe refletir sobre como se conjugaram esses fatores internos e externos para caracterizar o sistema e assegurar-lhe a trajetória de êxitos e fracassos em sua evolução e em seu desaparecimento. Na controvérsia que cercou o funcionamento da URSS ao longo de toda a sua existência, antepondo ideologicamente os seus defensores e os seus detratores, foram sempre subestimados os fatores de ordem histórica que condicionaram a sua formação e funcionamento. Alguns deles parecem, entretanto, fundamentais.

Em primeiro lugar, a Revolução de Outubro ocorreu num período não só

marcado por agitações operárias em todo o mundo e na própria Rússia, como ainda pela guerra mundial em que se envolveu a Rússia czarista. O que permitiu aos líderes revolucionários russos considerar a sua revolução como parte e primeiro elo da revolução mundial, ainda que a Rússia não fizesse parte da constelação dos países desenvolvidos, nos quais se daria a revolução, segundo as teorias marxistas; e, ao mesmo tempo, levar em conta os problemas trazidos pela guerra, o descontentamento com a falta de suprimentos e alimentos às tropas, formadas por grandes contingentes de camponeses, estes, por sua vez, sedentos de terra.

Como se sabe, a revolução esperada no resto do mundo não ocorreu, e a construção do socialismo internacionalmente cedeu lugar à construção do mesmo em um único país, que passou, com isso, a ser também o alvo da guerra do mundo capitalista contra a ameaça socialista. Na guerra civil desencadeada por tropas brancas, estas foram apoiadas por tropas estrangeiras¹, levando os bolcheviques a uma difícil condição de sobrevivência; além da ocupação dos Urais, da Sibéria e do norte do Cáucaso pelas tropas brancas, os alemães ocuparam a Ucrânia, e a Polônia invadiu o território russo em 1920. Aarão Reis Filho (2003) refere-se ainda a desembarques de tropas inglesas em Murmansk e Arkhangels ao norte, de tropas francesas em Odessa, no Mar Negro e, um pouco mais tarde, a tropas japonesas e norte-americanas em Vladivostok, no Extremo Oriente.

Com isso, a situação parecia desesperadora, e não somente em termos militares. Os bolcheviques detinham apenas 10% do suprimento de carvão, 25% das fundições de ferro, menos de 50% das áreas produtoras de grãos e menos de 10% das fontes de açúcar do antigo Império Russo. A paz, acordada em Brest-Litovsk, e a distribuição de terras aos camponeses, que constituíram as primeiras medidas do novo poder soviético, não impediram que a guerra civil se prolongasse até 1921 e que o país fosse tomado pela insuficiência de alimentos ao longo desse período, já que

¹ Ver Gregory e Stuart (1986), de onde são também extraídos os dados que seguem.

o camponês, na impossibilidade de obtenção de bens de consumo industriais, seja por sua indisponibilidade propriamente, seja pela inflação de seus preços, preferia consumir sua produção ou estocá-la para melhores tempos.

Tudo isso levou às políticas do chamado “comunismo de guerra”, que deu a conformação do novo poder soviético em sua primeira fase: requisição forçada de grãos, nacionalização da indústria, eliminação do comércio privado e sua substituição pela distribuição física de bens, com consequente eliminação das transações monetárias e controle semimilitar dos trabalhadores industriais. Há historiadores que veem nessas políticas razões ideológicas, considerando-as como resultado do desejo dos bolcheviques de suprimir etapas para a construção do socialismo. A história, porém, não ratifica essa posição, pois o que se se-

guiu à guerra civil, terminada com a vitória dos bolcheviques, foi a instituição da Nova Política Econômica (NEP), com políticas radicalmente diferentes das vigentes durante a fase anterior, do comunismo de guerra. A requisição forçada de grãos foi substituída por um imposto, cobrado inicialmente em espécie e posteriormente em dinheiro, sobre o excedente do produto agrícola sobre as necessidades de subsistência do produtor; a nacionalização industrial restringiu-se às grandes empresas, consideradas estratégicas para o comando da economia; houve a volta das transações comerciais, através do mercado; a reintrodução da moeda e sua estabilização.

Tratava-se de reconstruir a economia devastada pela guerra e modernizar o país, de maneira a eliminar o atraso em que se encontrava frente aos países desenvolvidos da época, e criar assim as bases que,

Arthur Lins, 2005



de acordo com as teses marxistas, seriam necessárias para a construção do sistema socialista.

Também os métodos de controle e administração da economia foram distintos nos dois períodos descritos: no primeiro caso, diretivas do centro e cumprimento disciplinado delas; no segundo caso, funcionamento do mercado e administração indireta, através das cifras de controle como indicadores para a tomada de decisões descentralizadas pelas empresas.

Os resultados alcançados com a NEP foram extraordinários, levando à reconstrução da economia devastada pela guerra civil, em alguns poucos anos: em 1928, a indústria, a agricultura e os transportes tinham alcançado e superado os respectivos níveis de produção de 1913. Era, porém, preciso definir os rumos do futuro desenvolvimento do país, e a discussão que se travou entre as diferentes frações do Partido Comunista teve como referência fundamental a defesa da jovem nação socialista, especialmente depois do rompimento de relações diplomáticas pela Inglaterra. O futuro, com a invasão do país pelas tropas nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, e o deslanche da Guerra Fria imediatamente ao seu final, só veio confirmar a correção dessa percepção.

Para isso, era fundamental, por sua vez, promover rapidamente a modernização do país, com financiamento não inflacionário. O modelo que saiu vitorioso da discussão resultou na chamada estratégia soviética de modernização², que pressupôs: rápida industrialização, através de maciço investimento em nova capacidade produtiva, com esse investimento sendo obtido da acumulação forçada do setor agrícola através da sua coletivização; crescimento não equilibrado entre setores, com os recursos disponíveis sendo dirigidos àqueles considerados os “motores do desenvolvimento”, leia-se indústria pesada, com marcado sacrifício dos setores produtores de bens de consumo; e planejamento diretivo centralizado, com o qual se expandiu a burocracia necessária à implementação dos planos quinquenais em que se definiam as metas econômicas a

serem alcançadas. Segundo Poch-de-Feliu (2003) a burocracia recrutada nesse período era mal preparada. Ela foi, entretanto, instrumental para cumprir disciplinadamente as diretrizes emanadas do centro num primeiro momento e constituiu posteriormente a base em que se assentou o surgimento da segunda economia, da economia subterrânea da corrupção, que é flagelo arraigado ainda hoje na Rússia já capitalista³.

Foi nesse momento que se estabeleceu, com a vitória de Stalin, na intensa e violenta luta pelo poder no partido, decorrente da morte de Lenin, o período do terror que marcou a sua gestão à frente do país, e que levou o sistema soviético a ser por ele caracterizado, a despeito das mudanças que sofreu posteriormente à morte do ditador, especialmente o chamado degelo khrushcheviano, que marcou o fim dos *gulags* e criou condições para o surgimento da dissidência ao regime. No planejamento da economia, foram também tentadas mudanças, no sentido de dar-lhe maior flexibilidade e, com isso, maior eficiência. Entretanto, até a *perestroika* e a *glasnost* de Gorbachev, que tinham por objetivo flexibilizar a economia e democratizar o sistema, todas essas tentativas foram frustradas por se depararem as propostas de reformas descentralizadoras com a resistência da liderança e da burocracia partidária que temia ser alijada do comando do sistema, mas que se revelou incapaz, por razões que alguns historiadores atribuem aos seus interesses de classe no poder, de descentralizá-lo politicamente e de ajustá-lo economicamente ao novo nível de desenvolvimento do país e às mudanças tecnológicas e econômicas introduzidas com a globalização no cenário internacional. E a URSS passou a apresentar taxas decrescentes de crescimento, ao mesmo tempo em que cresciam os dispêndios com a defesa, alimentados pela Guerra Fria. Esse ajustamento foi tentado em meados dos anos 80 por Gorbachev, com a sua *perestroika* e sua *glasnost*⁴, mas já estava fora de época e, no processo conflituoso em que se realizou, acabou por levar ao fim da URSS e do sistema do socialismo real em que se assentava.

2 Ver ampla discussão sobre essa estratégia e suas resultantes em termos do funcionamento do sistema econômico do socialismo real em Brus e Laski (1989).

3 De certo modo, a segunda economia ou economia subterrânea podem ter se constituído como forma de os dirigentes das empresas fugirem à rigidez e inflexibilidade do sistema de comando da economia, expresso no planejamento diretivo, se forem consideradas as inflexibilidades do sistema de planejamento discutidas em Brus e Laski (1989). E foram instrumentais para retardar a crise do sistema (ver Andreff, 1993).

4 A nova política externa, proposta por Gorbachev, será vista adiante, quando se tratar da Guerra Fria.

Transformação da revolução socialista internacional em revolução socialista em um único país e atrasado econômica e socialmente em relação aos países industrializados, hostilidade do mundo capitalista, guerras e corrida armamentista, como fatores externos; terror e controle totalitário da economia e da sociedade, que dele buscaram escape em organizações paralelas e na dissidência, poder partidário e estatal burocratizado e amplamente corrupto, planejamento centralizado ineficiente, como fatores internos, o que conseguiu o sistema do socialismo real?

Sem dúvida nenhuma, pelo menos três grandes realizações: a rápida industrialização e modernização de um país retardatário, num processo que serviu de modelo inspirador para os países libertados do jugo colonial e desejosos de sair do atraso em que se encontravam através do planejamento; segundo Archie Brown (2007), estava na disputa por esse Terceiro Mundo, a Guerra Fria entre os dois sistemas, capitalista e socialista; a vitória sobre o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, na qual o seu papel foi fundamental; a difusão dos ideais de justiça e igualdade social em todo o mundo, influenciando, inclusive, segundo alguns estudiosos, o desenvolvimento da social-democracia. Há em todas essas realizações os seus senões: o custo material e humano do processo de modernização, os milhões de mortos na guerra contra o nazismo e, contrariando os ideais de igualdade, a existência de grupos privilegiados na URSS, dos quais surgiram, na nova Rússia capitalista, os novos proprietários, inclusive os magnatas conhecidos como oligarcas, em detrimento da grande massa da população empobrecida no processo de transformação sistêmica do país. Não se pode, porém, negar que foram realizações.

Com o fim do socialismo real, o sistema capitalista se torna único⁵, ainda que distinto em seus níveis de desenvolvimento e em suas formas de organização social nos diferentes países, tornando evidentes a concentração da riqueza em alguns deles e a diferença de interesses geopolíticos e econômicos entre as nações, a despeito

da globalização. A forma de integração e interação institucional vigente, expressa na formação dos vários grupos integrados de países e no comando dos organismos internacionais, revela a desigualdade da distribuição de poder entre os países, diferenciando aqueles que detêm o comando real do sistema no plano internacional. Não se trata, porém, de um sistema estático em sua evolução, observando-se um movimento por maior participação de países que têm se adiantado no processo de crescimento mais recente, nas disputas internacionais. O que não elimina a manutenção de um contingente de países marginalizados do processo de desenvolvimento como bolsões da pobreza internacional e objeto das ações da chamada ajuda internacional de socorro aos seus habitantes.

Por outro lado, as inovações tecnológicas da informática e das comunicações, além das inovações organizacionais das empresas delas decorrentes, criam problemas sociais de difícil enfrentamento, como o desemprego da mão-de-obra não ajustada a elas, a terceirização e a precarização das relações de trabalho, levando à marginalização de grandes contingentes populacionais, inclusive nos países desenvolvidos, e à busca de oportunidades de trabalho através da imigração. É visível, nesse quadro, a grande concentração de riqueza e a crescente desigualdade social.

Não são menos importantes no processo de expansão econômica capitalista global os efeitos sobre o meio ambiente, em cujas soluções se defrontam os países mais e menos responsáveis pela poluição causadora desses efeitos⁶.

O fim do socialismo real, fechando um capítulo em torno da experiência de um sistema alternativo ao capitalismo, em função do embate contra ele movido e de suas deficiências internas no plano econômico e político, produziu um vácuo ideológico nas forças que lutam por um mundo melhor, mesmo entre aquelas que se opunham ao modelo soviético. O capitalismo, mesmo com todo o seu dinamismo, não parece ser capaz de preencher esse vácuo, a busca pela criação desse mundo melhor, mais iguali-

5 À exceção de alguns países que abraçam o modelo do socialismo real. A China, em função das transformações por que passa a sua economia e de sua inserção internacional, é aqui incluída no mundo capitalista.

6 Cabe ressaltar que os danos ao meio ambiente foram também, e em considerável medida, realizados na URSS, bastante criticada por isso.

tário e mais justo. A dúvida que permanece é se o socialismo, sem adjetivos, enquanto perspectiva de organização social, pode vir a transformar a utopia em realidade.

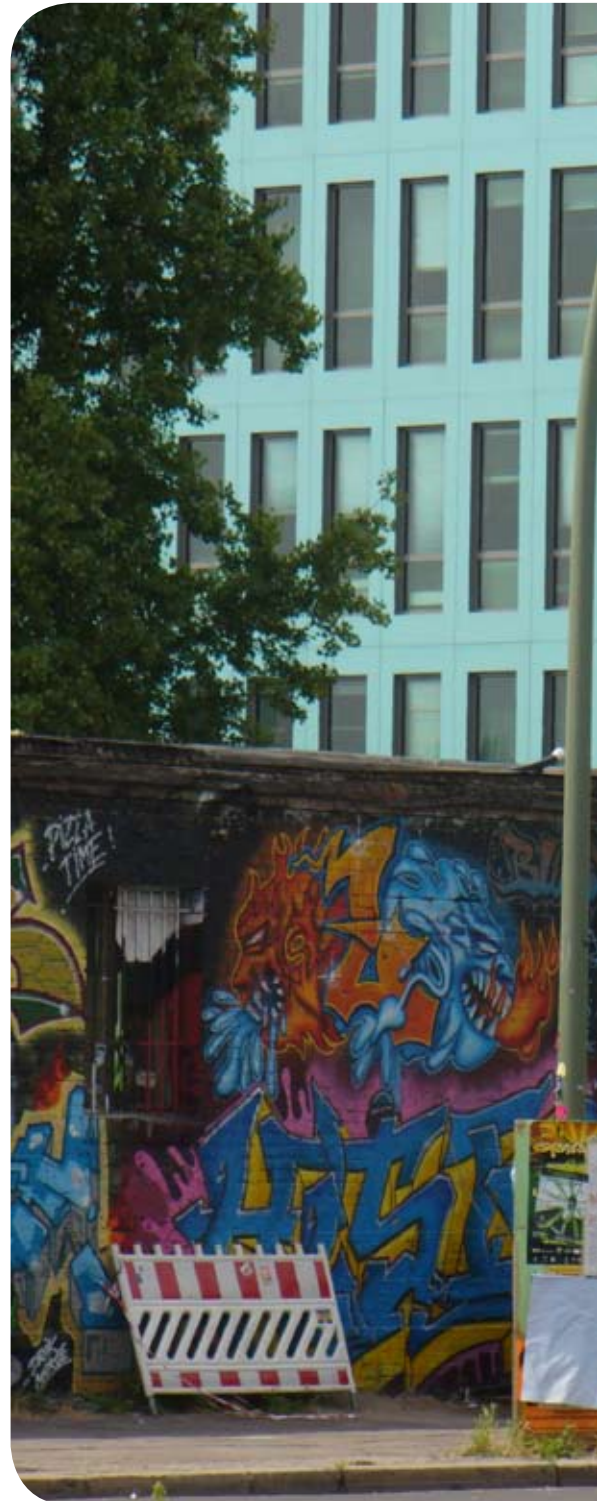
O terceiro simbolismo associado à queda do Muro de Berlim é o de que ela representa o fim da Guerra Fria. O termo é geralmente associado ao fim da corrida armamentista em que se transformou o embate entre os dois sistemas, existente, porém, desde a constituição do Estado socialista (Malinkovitch, 2008; Vizentini, 2004). Esse embate teria assumido uma feição diferente com os resultados da Segunda Guerra Mundial e os entendimentos havidos entre as grandes potências nas conferências de Yalta e Potsdam, referendando a formação de blocos de países em áreas de influência: dos países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, e dos países da Europa do leste, liderados pela URSS. Com isso, o embate entre os dois sistemas, que caracterizou todo o desenvolvimento mundial no período do pós-guerra até o fim da URSS, passou a apoiar-se na capacidade militar de cada bloco, expressa nas respectivas alianças e instituições militares de defesa, e definiu os rumos da Guerra Fria, inclusive estimulando a corrida armamentista.

A despeito dessa corrida, não houve guerra, no sentido bélico do termo, devido aos entendimentos para evitar um desastre nuclear, não obstante o esforço despendido por ambos os blocos, especialmente pelos países líderes, em desenvolver novos armamentos que neutralizassem contingentes superioridades armamentistas de cada lado. E foi nesse sentido que se associou a vitória do capitalismo à impossibilidade material da URSS de acompanhar a corrida armamentista, depois da ameaça de Reagan de levá-la ao espaço, através do seu programa Guerra nas Estrelas.

Há, entretanto, nas discussões acadêmicas sobre a Guerra Fria, quem a avalie como uma guerra ideológica entre os dois sistemas (Brown, 2007). Nesse caso, a Guerra Fria teria começado com a tomada da Europa do leste pela URSS, na forma da obtenção do poder pelos partidos comunistas de cada país, dominados por Moscou; e teria

terminado em 1989, quando o bloco socialista deixou de existir. Sendo uma guerra ideológica, sob o ponto de vista ideológico, segundo Brown (2007), a Guerra Fria teria terminado ainda em 1988, quando Mikhail

Arthur Lins, 2005



Gorbachev, na 19ª Conferência do Partido Comunista realizada no verão daquele ano, e posteriormente em célebre discurso na ONU, afirmou ser direito de cada povo de qualquer país escolher seu sistema econô-

mico e político. Em outros termos, quando a URSS, nas palavras de Mikhail Gorbachev, renunciou ao uso da força militar, para manter os regimes comunistas nos países do Leste Europeu⁷. E com isso conduziu à derrubada dos dirigentes comunistas nas revoluções pacíficas que se seguiram nos principais países do bloco leste-europeu. Eliminado o sistema socialista, teria sido eliminada a Guerra Fria.

A política para terminar a Guerra Fria, entretanto, foi definida por Gorbachev (s.d.) ainda antes, refutando no prefácio ao seu livro *Perestroika. Novas Ideias para o Meu País e para o Mundo*, a ideia de que a *perestroika* e os fins com ela pretendidos para enfrentar os problemas econômicos do país teriam condicionado as propostas de paz da URSS, mesmo admitindo serem necessárias condições externas normais (leia-se, sem guerra) para o progresso interno da mesma. Além disso, entre os princípios políticos anunciados no livro (Gorbachev, s.d., pp. 160 e 162) se colocam os de que o mundo do “nosso tempo” é “contraditório, mas inter-relacionado, interdependente e essencialmente uno”, “a guerra nuclear não pode servir de instrumento para atingir objetivos políticos, econômicos, ideológicos ou quaisquer outros” e de que a única via que pode garantir a segurança das nações são as decisões políticas e o desarmamento.

É nesse contexto que se situa a afirmação de que

“[...] a segurança internacional repousa no reconhecimento de que todas as nações têm direito à escolha de seus próprios caminhos de desenvolvimento social, na recusa a qualquer interferência em assuntos internos de outras nações, no respeito que deve nortear as relações internacionais e, ao mesmo tempo, na análise objetiva e autocrítica de toda a sociedade. Qualquer nação pode fazer sua opção, seja pelo capitalismo, seja pelo socialismo, no legítimo exercício de seus direitos de soberania” (Gorbachev, s.d., p. 165).

Historicamente, o que se observou de fato foi que nos países do Leste Europeu

7 Segundo Brown (2007), já em meados de 1985, Gorbachev teria dito a dirigentes comunistas da Europa do leste, que não deveriam esperar mais intervenções soviéticas para mantê-los no poder, cabendo a eles manter ou ganhar a confiança de seus próprios povos.



e na própria Alemanha se entendeu que a URSS não interferiria militarmente nos movimentos que se esboçassem contra o sistema, e esses movimentos rapidamente levaram às revoluções pacíficas de derrubada dos governos socialistas e à queda do Muro de Berlim.

A Guerra Fria, porém, não terminou no mundo aparentemente homogêneo ideologicamente do capitalismo. Os conflitos internacionais expressos nas múltiplas guerras locais expõem com clareza os interesses geopolíticos contraditórios que são a elas subjacentes, até mesmo quando se trata aparentemente de conflitos exclusivamente étnicos ou religiosos. Nesse caso, não se trata propriamente de Guerra Fria. Como também não parece adequado incluir nela os atentados terroristas, levados a cabo sob diferentes bandeiras. Mas, aparentemente, são os mesmos interesses geopolíticos que conduzem a Guerra Fria, propriamente dita, em relação à Rússia.

Nesse sentido, cabe referir-se à manutenção da Otan como instrumento de implementação da política conduzida sob os auspícios do governo Bush Jr. para isolar a Rússia e limitar as suas intenções de manter-se, em substituição à URSS, como um protagonista ativo no cenário internacional, utilizando as vantagens geoestratégicas de que dispõe. Em discurso pronunciado em Munique, no começo de fevereiro de 2007, na Conferência Internacional sobre Política de Segurança, o então presidente da Rússia, Vladimir Putin, além de assinalar a retirada unilateral dos Estados Unidos do Tratado Antimísseis Balísticos, assinado pela URSS e pelos EUA em 1972, discorreu sobre as atitudes consideradas agressivas para o país, como a proposição da criação de um sistema de defesa contra mísseis balísticos na Polônia e na República Tcheca, a posição da Otan em relação ao Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa e a expansão de suas bases nas fronteiras da Rússia⁸, a despeito da promessa verbal feita em maio de 1990, pelo seu secretário-geral, de não colocar bases para além do território da Alemanha (Pomeranz, 2007).

A essa descrição feita por Putin, acrescentem-se as tentativas de inclusão da Geórgia e da Ucrânia como membros na Otan e as recentes operações militares dessa organização na Geórgia, depois da Guerra dos Cinco Dias deflagrada pelo presidente Saakashvili, contra as tropas russas instaladas na Ossétia do Sul, em missão de garantidores do armistício assinado depois de duas invasões sucessivas no início dos anos 90, por governos centrais da Geórgia, a movimentos separatistas tanto da Ossétia do Sul, como da Abkhazia.

A pergunta que se pode então fazer, como Putin o fez na referida conferência, é o porquê da animosidade contra a Rússia, sabendo-se que esse país optou pela economia de mercado e pela democracia. Essa animosidade não está, naturalmente, nas imperfeições da economia de mercado e da democracia na Rússia, ainda que sejam constantes as críticas às restrições nela feitas à democracia. Na verdade, as causas dessa animosidade e o que poderia ser considerado como a continuação da Guerra Fria, mesmo com o fim da URSS e do sistema por ela representado, são de natureza geopolítica e envolvem duas questões centrais: a) a energia, que tem na Rússia o grande produtor e exportador de petróleo e gás; e, entrelaçada com ela, a disputa política pela região do Cáucaso, alguns de cujos países, além de serem considerados pelos russos como pertencentes à sua área de influência, são produtores e detêm reservas desses produtos, bem como parte da infraestrutura de distribuição dos mesmos. Ressalte-se que os esforços da União Europeia para eliminar ou reduzir a sua dependência desses energéticos da Rússia estão atualmente se dando basicamente em torno dessa infraestrutura; b) a posição internacional da Rússia, no plano da segurança internacional, que pode ser sintetizada na sua privilegiada localização territorial – entre a Europa e a Ásia –, no seu poderio militar como potência nuclear, a despeito de sua reconhecida inferioridade em relação aos Estados Unidos nessa área e no fato de pertencer ao Conselho de Segurança da ONU⁹.

A ascensão de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos permite esperar

8 O tenente-coronel Marcel de Haas, pesquisador sênior sobre doutrina militar, estratégia e política externa da Holanda, Otan, EUA, Rússia e CEI, no Instituto Holandês de Relações Internacionais Clingendael, em The Hague, indica, nesse sentido, a base aérea da Otan na Lituânia e o anúncio de colocação de forças militares norte-americanas nos territórios da Romênia e da Bulgária, como parte dos planos do Pentágono de expansão de suas bases militares para o Leste, feitos no final de 2005 (ver Pomeranz, 2007).

9 Não cabe, nos limites deste artigo, discutir mais detalhadamente essas questões. O leitor interessado é reportado a Pomeranz (2007).

mudanças substantivas nesse panorama. Em relação à segurança internacional, estão em andamento os primeiros entendimentos no plano diplomático e entre os mandatários dos dois países em relação às questões do desarmamento nuclear e ao aproveitamento da posição territorial da Rússia, para uma cooperação efetiva na guerra contra o terrorismo na Ásia, liderada pelos Estados Unidos. Há algumas tentativas de restabelecer o diálogo entre a Rússia e a Otan, suspenso depois da Guerra dos Cinco Dias na Geórgia, e se fala novamente num rápido ingresso da Rússia na OMC.

No plano da energia, as mudanças são menos visíveis, colocando-se ainda no

âmbito da guerra pela segurança energética na Europa, a qual depende muito do fornecimento, especialmente de gás, da Rússia. E nessa guerra, como já foi dito acima, assume importância estratégica não só a rede de transporte do petróleo e do gás, como também a própria produção dos energéticos, nos países da região considerada como zona de influência da Rússia.

O clima de distensão inaugurado com Obama no plano internacional, a despeito das dificuldades, alimenta esperanças de mudanças. Assim também a disposição manifestada pela liderança russa. Oxalá elas se realizem, e a Guerra Fria possa de fato ter um ponto final.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREFF, W. *La Crise des Économies Socialistes. La Rupture d'un Système*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1993.
- BROWN, Archie. *Seven Years That Changed the World*. Oxford, Oxford Univ. Press, 2007.
- BRUS, W. e LASKI, K. *From Marx to the Market*. Oxford, Clarendon Press, 1989.
- GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika. Novas Ideias para o Meu País e para o Mundo*. São Paulo, Best Seller, s.d.
- GREGORY, Paul R.; STUART, Robert C. *Soviet Economic Structure and Performance*. New York, Harper, 1986.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O Breve Século XX. 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- MALINKOVITCH, Vladimir. *Tri Revolutsii I Dve Perestroiki. Etiudi na Temy Sovetskoi Istorii* (Três Revoluções e Duas Perestroikas. Estudos sobre o Tema da História Soviética). Moskva, Mejdunarodnyi Institut Gumanitarno-politicheskikh Issledovanií (Moscou, Instituto Internacional de Pesquisas Políticas e Humanas), 2008.
- POCH-DE-FELIU. *La Gran Transición. Rússia. 1985-2002*. Barcelona, Crítica, 2003.
- POMERANZ, Lenina. "Temas Centrais sobre a Política Externa da Rússia", in *Política Externa*, vol. 16, nº 1, São Paulo, junho-julho-agosto/2007.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*. São Paulo, Editora da Unesp, 2003.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria. O Desafio Socialista à Ordem Americana*. Porto Alegre, Leitura XXI, 2004.